

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PARA TODOS OS CARGOS

Prova Discursiva P₃ – Parecer

Aplicação: 07/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

(i) Quanto à natureza, a receita com outorgas de concessões de rodovias federais deve ser classificada na categoria econômica de receita orçamentária corrente, (ii) pois o montante de R\$ 12 bilhões será arrecadado dentro do exercício financeiro, aumentará as disponibilidades financeiras da União, **impactando positivamente no patrimônio líquido**, e constituirá instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e nas ações orçamentárias, com vistas a satisfazer a finalidades públicas. (iii) Em relação à origem do recurso, a outorga recebida constitui receita patrimonial (art. 11, §4.º, da Lei n.º 4.320/1964), (iv) uma vez que é proveniente da fruição do patrimônio da própria União.

Em relação ao evento II, (v) a proposta orçamentária encaminhada pelo presidente do STF deverá ser ajustada pelo Poder Executivo, (vi) pois foi elaborada em desacordo com os limites estipulados na LDO (art. 99, § 4.º, da Constituição Federal de 1988 – CF). Aqui não cabe ao Poder Executivo devolver a proposta ao STF para correção ou enviar ao Poder Legislativo da forma como lhe foi encaminhada. Será necessário que o Poder Executivo, por iniciativa própria, realize os ajustes devidos.

Para fins orçamentários, (vii) considera-se empresa estatal independente a empresa que é controlada pelo poder público e que não recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Na situação sob análise, (viii) a despesa de custeio da empresa estatal independente W, no valor de R\$ 3 bilhões, não deverá ser consignada em dotação orçamentária da LOA, (ix) pois se trata de empresa independente, ou seja, que não recebe recursos do Tesouro Nacional para aquela finalidade. No tocante aos seus investimentos, as empresas estatais independentes figuram no orçamento de investimento da LOA (art. 165, §5.º, II, da CF), quando houver essa espécie de despesa de capital, o que não é o caso.

(x) A reserva de contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como de eventos fiscais imprevistos, inclusive, para a abertura de créditos adicionais. ~~Trata-se de exceção ao princípio orçamentário da especificação (discriminação ou especialização), segundo o qual não é permitida a criação de dotações globais para atender indiferentemente diversas despesas.~~ **Sua forma de utilização e montante são estabelecidos na LDO, sendo esse valor definido com base na receita corrente líquida (art. 5º, III, da LRF).**

No caso hipotético, (xi) a necessidade IV não deverá ser acolhida, (xii) pois a reserva de contingência no montante de R\$ 18 bilhões teria finalidade específica e já determinada, o que é incompatível com a finalidade legal da reserva de contingência, qual seja, atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos (art. 5.º, III, “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em conclusão, os fatos submetidos à análise do órgão orçamentário Y devem receber os seguintes encaminhamentos:

- (xiii) a receita com outorgas de concessões de rodovias no valor de R\$ 12 bilhões deve ser classificada, quanto à natureza, na categoria econômica de receita orçamentária corrente e de origem patrimonial;
- (xiv) a proposta orçamentária encaminhada pelo presidente do STF deve ser ajustada pelo Poder Executivo, pois foi elaborada em desacordo com os limites estipulados na LDO;
- (xv) a despesa de custeio da empresa estatal independente W, no valor de R\$ 3 bilhões, não deve ser consignada em dotação orçamentária da LOA;
- (xvi) a reserva de contingência no montante de R\$ 18 bilhões para financiar novos e específicos projetos de investimentos no setor elétrico não deve ser constituída, por ser incompatível com a finalidade legal da reserva de contingência.

É o parecer.

Referências: Constituição Federal de 1988.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Acertou apenas uma das classificações, sem justificá-la corretamente.
- Conceito 2 – Acertou ambas as classificações, porém não as justificou ou o fez incorretamente.
- Conceito 3 – Acertou apenas uma das classificações e a justificou de forma correta.
- Conceito 4 – Acertou ambas as classificações, porém justificou corretamente apenas uma delas.
- Conceito 5 – Acertou ambas as classificações (i e iii) e as justificou corretamente (ii e iv).

QUESITO 2.2

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Indicou o encaminhamento correto do evento II (v), porém não o justificou ou o fez de forma incorreta.
- Conceito 2 – Indicou o encaminhamento correto do evento II (v), porém o justificou de forma parcialmente correta ou insuficiente.
- Conceito 3 – Indicou o encaminhamento correto do evento II (v) e o justificou corretamente (vi).

QUESITO 2.3

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Acertou, de forma completa, apenas um dos elementos da resposta (vii, viii ou ix).
- Conceito 2 – Acertou, de forma completa, apenas dois dos elementos da resposta (vii, viii e/ou ix).
- Conceito 3 – Acertou, de forma completa, todos os elementos da resposta (vii, viii e ix).

QUESITO 2.4

- Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Acertou, de forma completa, apenas um dos elementos da resposta (x, xi ou xii).
- Conceito 2 – Acertou, de forma completa, apenas dois dos elementos da resposta (x, xi e/ou xii).
- Conceito 3 – Acertou, de forma completa, todos os elementos da resposta (x, xi e xii).

QUESITO 2.5

- Conceito 0 – Não apresentou a conclusão do parecer ou o fez de forma totalmente equivocada.
- Conceito 1 – Apresentou conclusão correta sobre apenas um dos itens analisados (xiii, xiv, xv ou xvi).
- Conceito 2 – Apresentou conclusão correta sobre apenas dois dos itens analisados (xiii, xiv, xv e/ou xvi).
- Conceito 3 – Apresentou conclusão correta sobre apenas três dos itens analisados (xiii, xiv, xv e/ou xvi).
- Conceito 4 – Apresentou conclusão correta sobre todos os itens analisados (xiii, xiv, xv e xvi).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PARA TODOS OS CARGOS

Prova Discursiva P₃ – Questão

Aplicação: 07/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A transição demográfica, de modo geral, começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade, **queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida ou aumento da longevidade**, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional. Um dos efeitos mais visíveis da transição demográfica ocorre com a aceleração e a posterior desaceleração do crescimento populacional, **também denominado de fim do bônus demográfico**. A população brasileira passou de algo em torno de 10 milhões em 1872 para 96 milhões em 1970, tendo apresentado suas maiores taxas de crescimento em meados do século XX e começará a se estabilizar, segundo as projeções da ONU, na casa de 250 milhões de habitantes por volta de 2050. O Censo de 2022 mostra que a população, inicialmente prevista de 208 milhões de habitantes, foi contabilizada em 203 milhões, cerca de 4,7 milhões de diferença entre a projeção inicial e o resultado final. Tal contexto explicita o momento de transição demográfica no Brasil, cujo ritmo de crescimento demográfico começa a diminuir, ao passo que aumenta o número de adultos e idosos na população total.
2. O crescimento da população idosa e a diminuição da população jovem, com o conseqüente aumento de aposentados e pensionistas e a diminuição dos contribuintes **e as dificuldades de manutenção da sustentabilidade financeira** da previdência e assistência social, exercem forte pressão no sistema previdenciário no sentido de garantir a aposentadoria para os trabalhadores que estão na ativa hoje. Na medida em que a população envelhece e se aposenta com baixos rendimentos e, também, com idades cada vez mais avançadas, há a constituição de quadro de vulnerabilidade social de número cada vez maior de idosos, o que impacta tanto o sistema previdenciário quanto a assistência social e outros setores de políticas públicas. O Estado brasileiro avançou muito na estratégia de assegurar uma renda mínima para a população idosa. Os principais benefícios a que esta tem direito são parte da política de seguridade social, estabelecida pela Constituição Federal (CF) de 1988, que introduziu um conceito mais inclusivo de seguridade social e aumentou a cobertura dos benefícios sociais na área rural, por meio de mudanças no critério de elegibilidade. A unidade beneficiária mudou do domicílio para o indivíduo. Foi estabelecido um salário mínimo como piso para os benefícios sociais tanto na área urbana quanto na rural.
3. A manutenção das desigualdades socioeconômicas e regionais no Brasil, em paralelo à transição demográfica, pode impactar negativamente os indicadores e as políticas de saúde e educação **em conjunto com as regras de restrição orçamentária que limitam os gastos públicos com saúde e educação**. Por terem experimentado uma situação de pobreza na sua trajetória de vida, indivíduos podem ter suas condições de saúde afetadas, **principalmente por doenças crônicas como hipertensão, diabetes, entre outras**, e isso ter resultado na perda ou diminuição de sua capacidade de trabalho mais cedo. Considerando-se que o aumento da esperança de vida tem sido acompanhado por melhoras nas condições de saúde, e diante da preocupação com o “envelhecimento ativo” e a redução no futuro próximo da oferta de força de trabalho, seria importante criar políticas para manter o trabalhador na ativa o maior número de anos possível. Isso não significa apenas adiar a idade mínima para a aposentadoria, o que já foi considerado, de alguma forma, nas últimas reformas: são necessárias medidas de saúde ocupacional que possam reduzir o fluxo de aposentadorias por invalidez e reduzir o absenteísmo no trabalho; também são importantes políticas para reduzir o preconceito contra o trabalho do idoso e de prover capacitação para que esses indivíduos possam acompanhar as mudanças tecnológicas. Os sistemas de educação sofrem impactos significativos em todos os níveis (fundamental, médio e superior), pois há tendência de diminuição da população jovem, ao mesmo tempo em que surge a necessidade de cursos de formação e de capacitação para a população **adulta**, idosa e migrantes estrangeiros, **bem como políticas de combate ao etarismo**.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou apenas o aspecto da transição demográfica, sem relacioná-lo a nenhuma mudança no perfil demográfico brasileiro.

Conceito 2 – Abordou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, o aspecto da transição demográfica e sua relação com apenas um dos seguintes aspectos: (i) queda no ritmo de crescimento da população brasileira entre os dois censos (1970 e 2022); (ii) aumento do número de idosos e queda do número de crianças e jovens na população total nas próximas décadas.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, o aspecto da transição demográfica e sua relação com apenas um dos outros aspectos citados.

Conceito 4 – Abordou o aspecto da transição demográfica e sua relação com os outros dois aspectos citados, porém de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente.

Conceito 5 – Abordou, corretamente, o aspecto da transição demográfica e sua relação com os outros dois aspectos citados.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, apenas pressões sobre o sistema previdenciário ou sobre a assistência social decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas pressões sobre o sistema previdenciário ou sobre a assistência social decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 3 – Abordou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, pressões sobre o sistema previdenciário e sobre a assistência social decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 4 – Abordou, corretamente, pressões sobre o sistema previdenciário e sobre a assistência social decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, apenas impactos na saúde ou na educação decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas impactos na saúde ou na educação decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 3 – Abordou, de forma insuficiente ou parcialmente inconsistente, impactos na saúde e na educação decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).

Conceito 4 – Abordou, corretamente, impactos na saúde e na educação decorrentes do aumento da expectativa de vida (ou aumento da população idosa).